

Senado corta a URP mas não reduz gratificação

Fotos: Fábio Marques

A mesa do Senado Federal decidiu ontem, por unanimidade, não reduzir em 50% o valor das gratificações dos funcionários que têm dupla jornada de trabalho, contrariando determinação do Governo embutida nas recentes medidas de contenção do débito público. A mesa concordou apenas em cumprir o Decreto-Lei que congela a URP (Unidade de Referência de Preços) por dois meses. Segundo o primeiro-secretário da mesa do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), o Governo cometeu, pelo menos, dois atos inconstitucionais ao ditar as medidas econômicas: 1) O de estender ao Legislativo as decisões destinadas ao funcionalismo público; e 2) Congelar a URP dos funcionários do Governo do Distrito Federal. Neste último caso, segundo o Senador, o Governo retirou do Senado a prerrogativa de legislar com exclusividade sobre assuntos do Distrito Federal.

A decisão de não reduzir a gratificação a mesa do Senado acrescentou a de estabelecer um sistema de ponto para garantir apenas aos funcionários assíduos a gratificação de desempenho. Outra vantagem que representa cerca de 40% do total dos salários dos servidores do Senado. A solução estudada passa pela adoção de um cartão magnético individual para os cerca de cinco mil funcionários do Senado. A exemplo do que já adota a Câmara para os parlamentares, esse

sistema estaria ligado ao Prodasen (centro de processamento de dados e informática do Senado) e agilizaria o processo de verificação do comparecimento.

Digitais

Outra solução poderá ser a de um sistema de ponto mais sofisticado, que consiste em identificar o funcionário que compareceu ao trabalho através de sua impressão digital. O funcionário gravaria a sua impressão em um computador que estaria ligado a um sistema capaz de imediatamente vincular essa impressão ao seu nome constante na ficha de identificação funcional.

A decisão da mesa do Senado, isolada da mesa da Câmara, foi considerada um erro político do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), de acordo com parlamentares surpreendidos pela realização da reunião de ontem, do conhecimento de poucos. É que Humberto poderia ter acertado com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, uma reunião conjunta das duas mesas, para extrair uma decisão das duas casas do Legislativo. Agora, a Câmara terá que decidir se acompanha o Senado ou se cumpre as decisões do Governo.

O problema é que a decisão do Senado diz respeito a manter vantagens e não a preservar salários. Por essa razão, não deverá encontrar receptividade popular, embora venha provavelmente a ter o apoio do funcionalismo público. Nessa situação, a Câmara tem duas opções: acompanhar o Senado e ficar mal junto à opinião pública, ou entrar em conflito com o Senado e ficar bem com a opinião pública.